

## **Bom senso não tem fronteiras**

### **CRÍTICOS DA POLÍTICA ECONÔMICA NO BRASIL DEVEM OLHAR PARA O OUTRO LADO DO ATLÂNTICO**

*MARCELO DE PAIVA ABREU*

O governo parece hesitante quanto à visita do presidente Lula à África. Mas por muitas razões, algumas não muito óbvias, a planejada viagem à África do Sul é importante. Alguns dos paralelos entre a África do Sul e o Brasil são claros. Os dois países guardam cicatrizes terríveis de formas diversas de apartheid, umas mais explícitas do que outras. Disputam o desonroso troféu de maior perversidade na distribuição de renda. A situação sul-africana talvez seja pior do que a do Brasil: mais rica, seu índice de desenvolvimento humano é bem pior, e a aids é uma ameaça sistêmica longe do controle das autoridades. Johannesburgo é mais violenta do que o Rio de Janeiro: os relatos de J.M. Coetzee são apenas escritos magistrasais sobre o brutal cotidiano na república. Há algum parentesco entre as histórias políticas recentes dos dois países. Embora não tenha passado 27 anos na prisão, nem seja filho de chefe Thembu, como Nelson Mandela, Lula também amargou muitos anos de derrotas e acabou vitorioso. Sua vitória na eleição de 2002, a primeira de um candidato do povo no Brasil, também foi um fato marcante na vida política do País. O partido majoritário na coalizão governista na África do Sul, o Congresso Nacional Africano (ANC), tem seu parentesco com o PT ao congregar um espectro muito amplo de opositores do apartheid.

O mais educativo dos paralelos, entretanto, tem a ver com a questão que é hoje crucial na vida política brasileira: que orientação macroeconômica deve ser, ou pode ser, adotada por uma coalizão de partidos de esquerda quando conquista o poder? O poder político na África do Sul está baseado na chamada tríplice aliança: o ANC, o Partido Comunista Sul-Africano (SACP) - aliado histórico do ANC - e o Cosatu (Congress of South African Trade Unions) que, com forte influência do SACP, congrega 18 sindicatos com 1,8 milhão de membros. O Partido Comunista não apresenta candidatos eleitorais próprios: seus membros compõem a ala esquerda do ANC. Dificilmente a coalizão governista na África do Sul, especialmente os pilares à esquerda, dado o seu passado, estaria disposta a receber lições dos radicais brasileiros quanto à clareza de seus objetivos, aos limites de suas concessões a outras tendências políticas, mesmo que aliadas, e à tenacidade na perseguição de suas metas estratégicas.

Em meio a chilikques na mídia brasileira quanto ao pretense terrorismo dos mercados, é útil levar em conta como tem sido conduzida a política econômica na África do Sul desde 1994 por um governo sob controle político do ANC. A fórmula inicial da coalizão ANC-SACP-Cosatu foi tratar de assegurar a quem interessar pudesse que, no que diz respeito à política econômica, os objetivos continuariam inalterados mesmo que com novas metas de crescimento e redistribuição: finanças

equilibradas e estabilidade de preços. No período inicial de governo, houve até mesmo a manutenção de ministros das Finanças brancos e boers até que se viabilizasse a troca da guarda e escolhido Trevor Manuel em 1996. No banco central, o South African Reserve Bank, a transição foi ainda mais longa, com o novo governador, o ex-ministro do Trabalho de 1994-98, Tito Mboweni, substituindo Chris Stals só em 1999.

Enfrentando ameaças à estabilidade de todo o tipo, os resultados da política econômica na África do Sul desde 1994 foram bastante satisfatórios. A inflação foi mantida entre 5 e 10% ao ano. Crises cambiais intensas foram enfrentadas: a de 2001, avassaladora, com a taxa de câmbio passando de 7,40 para 13,85 rands por dólar. Em 2000, foi implantado o regime de metas inflacionárias, sendo estabelecida a meta de 3-6% de inflação anual (índice de preços ao consumidor, excluídos os juros de hipotecas). Desde 1996, o governo vem buscando implementar uma estratégia de crescimento, emprego e redistribuição (batizada de programa Gear - Growth, Employment and Redistribution) que enfatiza a promoção de mercados livres e de disciplina fiscal e financeira. Em termos de crescimento, os resultados têm sido modestos, mas economia deve crescer 3,3% em 2003.

As críticas do Cosatu e do SACP à política econômica são freqüentes e contundentes. Soam familiares: "A política econômica favorece os interesses corporativos em detrimento dos trabalhadores" ou "Não é diferente da adotada durante o apartheid". As incitações também: "Manifestamos preocupação com a apreciação do rand em 2002-03" ou "Aumentem o déficit para financiar o gasto social". As críticas ao regime de metas inflacionárias e às privatizações são permanentes. As reações das autoridades também parecem ultramarinas: "É impossível atender às necessidades básicas da população gerando inflação descontrolada. Seria totalmente contraproducente do ponto de vista de nossos objetivos deixar que a inflação acelere."

As pressões para a dissolução da tríplice aliança ANC-SACP-Cosatu são enormes. Mas, não obstante todas as diferenças, o Cosatu já manifestou seu apoio ao ANC nas eleições de 2004 e tudo indica que a tríplice aliança vai ser preservada. Durante quase dez anos, diferentes correntes políticas se engalinharam, mas prevaleceu uma política econômica responsável e prudente que enfatizou sem descanso que a estabilidade de preços é condição necessária ao crescimento e à justiça social, mesmo quando a fome de crescimento e justiça social é enorme. Se havia conversa sobre uma versão sul-africana de plano B, foi completamente superada. O ANC é também admirável porque tem juízo.